

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2021/070780

RECORRENTE: LORENA BEATRIZ OLIVETTI CHAVES ARAUJO

RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT

AUTO DE INFRAÇÃO: R001467274

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

EMENTA: Multa por Infração do Art. 218, inc. II do CTB, "Transitar com velocidade superior à máxima permitida em mais de 20% até 50%". Alegação de Estado de necessidade. Recurso CONHECIDO e PROVIDO.

Relatório

Trata-se de recurso interposto pelo proprietário legal do veículo, em face de expedição de Auto de Infração de Trânsito de nº **R001467274**, na data de 25/06/2021, na Rod. BA099, Km23,6 – SENTIDO DECRESCENTE, na cidade de Camaçari/BA. Alega o recorrente que agiu em estado de necessidade com base no art. 24 do Código Penal Pátrio, por "socorrer meu filho, levando ele até o o hospital Aliança", momento em que excedeu o limite de velocidade no momento da autuação, trazendo aos autos documentos que comprovam as suas alegações e que servem como meio de prova efetiva, requerendo o acolhimento da sua alegação e arquivamento do auto. O Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária a análise de suas argumentações. É o relatório.

Voto

Analisando os autos e as razões recursais, vê-se que o Recorrente argui estado de necessidade, uma vez que socorreu seu filho até o hospital aliança, trazendo aos autos provas suficientes no tocante as suas alegações, dessa forma, tendo condão de rechaçar a legalidade e subsistência do auto de infração Motivo pelo qual considero pertinentes as razões apresentadas pelo Recorrente.

Fica constatado que a excludente citada pelo recorrente, referente ao Art.24 do Código Penal Brasileiro, **corrobora com a pretensão deste**.

Isto posto, verifico que as razões recursais **ATENDEM** aos interesses legais do Recorrente, quando, desta forma e pelos motivos acima expostos com base no artigo 24, do Código Penal Brasileiro, restando evidenciando excludente de ilicitude de sua conduta, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, dando-o por **PROVIDO**, **pelas razões aqui apontadas, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R001467274, lavrado contra LORENA BEATRIZ OLIVETTI CHAVES ARAUJO, insubsistente, determinando o seu arquivamento.**

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, dando-o por **PROVIDO**, **julgando insubsistente** o Auto de Infração de nº. **R001467274**, determinando o seu arquivamento, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 23 de maio de 2023.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaína Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI